

## TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Estudo Técnico Preliminar 10/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: Req. Demandante nº 1594

**2. Equipe de Planejamento e Contratação**

2.1 - Fazem parte desta equipe de planejamento de contratação os seguintes servidores e seus respectivos cargos e matrículas.

2.1.1 - Roberto Cyríaco da Silva / Coordenador Infraestrutura - 7950

2.1.2 - Lucas Claudino Rodrigues da Silva / Chefe da Divisão de Processamento de Contratações - 49489

**3. Descrição da necessidade**

3.1. A presente contratação tem por objetivo a substituição dos contratos nº 179/2024, 181/2024, 182/2024, 183/2024, 185/2024, 186/2024 e 188/2024, firmados para a execução de serviços de dedetização, desinsetização, desratização e correlatos nas unidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

3.2. A necessidade decorre do encerramento dos referidos contratos e, principalmente, das reiteradas dificuldades verificadas durante sua execução, as quais comprometeram a adequada prestação dos serviços e demonstraram a inviabilidade de prorrogação contratual.

3.2.1. Dentre os principais problemas identificados, destacam-se falhas no atendimento às demandas programadas, inadequação técnica de parte das equipes executoras, descumprimento de prazos e inconsistências na aplicação dos produtos e métodos exigidos, resultando em constantes notificações e glosas contratuais.

3.3. Diante desse cenário, faz-se necessária a realização de novo procedimento licitatório visando à contratação de empresas devidamente especializadas e regulares, capazes de assegurar a execução contínua, eficaz e ambientalmente adequada dos serviços de controle de pragas urbanas nas dependências do Tribunal de Justiça e demais prédios vinculados.

3.4. Salienta-se que não existem no quadro do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso profissionais capacitados para atuarem no controle e combate da necessidade, por não compreender atividade ligada diretamente à atividade-fim, o que, conseqüentemente, torna as edificações sujeitas à manifestação de vetores e pragas diversas (aranhas, baratas dos tipos e , barbeiros, periplaneta americana, blattella germânica, caracóis, cupins, escorpiões, formigas, gafanhotos, lesmas, lagartas, moscas, mosquitos, percevejos, pombos, morcegos, ratos (Rattus rattus), ratazanas (Rattus norvegicus), camundongos (Mus musculus), traças, etc, responsáveis por danos materiais e patrimoniais, além de serem prejudiciais à saúde humana.



3.5. As aplicações de dedetização se faz **necessária a cada dois meses** pelos seguintes fatores que garantem a eficácia do controle de pragas e a segurança dos ambientes. Aqui estão algumas justificativas detalhadas:

3.5.1. Controle Preventivo: Realizar dedetização bimestralmente ajuda a prevenir a infestação de pragas, impedindo que elas alcancem níveis críticos. A prevenção é mais eficaz e econômica do que o controle de uma infestação estabelecida.

3.5.2. Ciclo de Vida das Pragas: Muitas pragas, como baratas, formigas e ratos, têm ciclos de vida curtos e se reproduzem rapidamente. Dedetizar a cada dois meses interrompe esses ciclos de reprodução, evitando que a população de pragas aumente.

3.3.3. Ambientes Sensíveis: Em locais como copas, gabinetes, secretarias e outros Ambientes Sensíveis estabelecimentos que têm alta circulação de pessoas, a frequência bimestral de dedetização é essencial para manter altos padrões de higiene e saúde pública.

3.3.4. Eficácia dos Produtos: Muitos produtos usados na dedetização têm uma eficácia residual que dura cerca de dois meses. Portanto, uma nova aplicação após esse período assegura que o ambiente continue protegido.

3.3.5. Clima e Condições Ambientais: Em regiões onde o clima é propício para a proliferação de pragas durante todo o ano, a dedetização frequente é necessária para manter o controle. Condições como umidade e calor favorecem a reprodução de muitas pragas.

3.3.6. Minimização de Riscos à Saúde: A presença de pragas pode representar riscos à saúde humana, transmitindo doenças e contaminando alimentos. A dedetização frequente reduz significativamente esses riscos, garantindo um ambiente seguro para todos.

3.3.7. Proteção da Estrutura Física: Algumas pragas, como cupins, podem causar danos estruturais significativos. A dedetização regular protege a integridade dos edifícios e evita custos elevados com reparações.

3.6. A dedetização a cada dois meses é uma medida preventiva e eficaz para controlar pragas de forma contínua, garantindo a saúde, segurança e proteção dos ambientes. Esta prática é especialmente importante em locais sensíveis e de alta circulação, onde a higiene é uma prioridade constante.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Serviços Gerais	Lucas Claudino Rodrigues da Silva

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Requisitos Legais:

5.1.1. Deverão ser observadas todas as normas atinentes à execução da solução, legislação específica aplicável aos serviços especificados bem como normas ambientais aplicáveis.

5.1.2. Deverá ser vertida plena observância à Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 622, de 09/03 /2022 da Agência nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como eventual legislação que vier a modificá-la ou substituí-la.



## 5.2. Requisitos de Manutenção:

5.2.1. Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos equipamentos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo os equipamentos e materiais estarem em perfeito estado de conservação.

## 5.3. Requisitos de Qualificação Técnica:

5.3.1 A contratada deverá apresentar comprovante de licenciamento junto à autoridade sanitária e ambiental competente, conforme a artigo 4º e respectivo parágrafo único da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 622, de 09/03/2022 da ANVISA.

5.3.2. A contratada deverá ter responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho, conforme artigo 7º, §§ 1º e 2º da RDC nº 622 da ANVISA.

## 5.4. Requisitos Profissionais:

5.4.1. A empresa contratada deverá selecionar e manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais treinados e com experiência reconhecida na manipulação e aplicação de inseticidas, pesticidas e demais produtos tóxicos assemelhados.

## 5.5. Requisitos de Segurança:

5.5.1. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços.

5.5.2. Determinados serviços deverão ser executados quando não houver expediente no Órgão, preferencialmente aos sábados, domingos ou feriados, por profissionais especializados, e deverá atender as recomendações da ANVISA quanto a metodologia de aplicação, utilização de equipamentos de segurança, cuidados com a saúde e com o meio ambiente.

## 5.6. Requisitos Sociais, Culturais e Ambientais.

5.6.1. Durante a execução do serviço, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e com o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como : pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

5.6.2. A contratada deverá observar a legislação ambiental bem como o arcabouço legal inerente à execução da atividade objeto do futuro contrato.

## 5.7. No que tange aos produtos a serem utilizados na execução dos serviços, frisa-se que deverá:

5.7.1. Indicação do agente técnico adequado e habilitado disponível para o fornecimento do objeto;

5.7.2. Qualificação e garantia de eficácia do produto utilizado; 5.7.3. Garantia de quantidade mínima para que seja solucionado a necessidade.

## 6. Levantamento de Mercado

6.1. Após pesquisa de mercado identificamos e relacionamos abaixo as soluções que poderiam atender as necessidade deste jurisdicionado.



6.1.1. DEDETIZAÇÃO QUÍMICA - Consiste na aplicação de produtos químicos para controlar pragas como baratas, formigas, aranhas, mosquitos, entre outros. Esses produtos podem ser aplicados em forma de spray, pó ou gel, dependendo da praga e do local de infestação;

6.1.2. DEDETIZAÇÃO FÍSICA - Consiste na utilização de métodos mecânicos para eliminar as pragas, como armadilhas ou barreiras físicas;

6.1.3. DEDETIZAÇÃO BIOLÓGICA - Consiste da introdução de inimigos naturais para o combate de pragas urbanas;

6.1.4. MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS (MIP) - Consiste na articulação de estratégias de controle (mecânicas, físicas, biológicas e químicas), que inclui ações preventivas (eliminação de fontes de água, abrigo, acesso e alimentação), corretivas (barreiras físico-estruturais) e a aplicação de venenos, iscas e armadilhas à base de produtos químicos.

## 6.2. Escolha da solução adotada

6.2.1. Existem diversos tipos de dedetização, cada um deles com suas vantagens e durabilidade. A escolha do método mais adequado dependerá do tipo de praga, do grau de infestação e das características do ambiente em que a dedetização será realizada. Alguns dos métodos mais comuns incluem a pulverização, a atomização, a termonebulização, a aplicação de iscas, entre outros.

6.2.2. Com base na análise realizada nos tópicos acima, concluímos que a solução adotada deverá ser a contratação da pois desponta-se como o método mais **DEDETIZAÇÃO QUÍMICA**, eficaz, tendo em vista que os resultados ocorrem de forma imediata, além de ser o método que não degrada o patrimônio físico.

6.2.3. Esta solução já vem sendo adotada por este Tribunal de Justiça e seus POLOS em contrato anteriores, disponibilizados no portal transparência do TJMT.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução se baseia na necessidade da contratação de uma empresa especializada com o intuito de executar serviços de em geral, para exterminar todo e qualquer tipo **DEDETIZAÇÃO QUÍMICA** de inseto, praga e roedor em todas as áreas (interna), buscando manter os ambientes de trabalho em bom estado de salubridade e descontaminação, tanto para a segurança pessoal dos servidores e usuários, quanto para a conservação dos bens patrimoniais do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Além de propiciar a manutenção das condições ambientais e dos imóveis disponibilizados aos seus servidores, colaboradores e usuários, evitando os riscos de contaminação por agentes externos que são facilmente eliminados por meio dos serviços ora propostos.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Tribunal de Justiça de Mato Grosso:



POLO PRINCIPAL - SEGUNDO GRAU			
ITEM	LOCAL	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Tribunal de Justiça - Sede	18.551,22	22.984,70
2	Escola dos Servidores e ESMAGIS	1.708,12	4.307,37
3	Arquivo TJMT	1.452,98	801,05
4	Edifício TI	2.546,06	0
5	Anexo Des. Antonio Arruda	4.909,91	12.543,11
5	Creche	612	265

8.1.1. Área total polo principal 70.681,52 M<sup>2</sup>.

8.2. Polo II:

POLO II			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Araputanga	1211,88	2727,26
2.	Cáceres	4275,00	6030,90
3.	Comodoro	1211,66	2375,00
4.	Jauru	2600,00	7175,00
5.	Mirassol D'Oeste	2818,11	7193,65
6.	Pontes e Lacerda	2909,73	7090,27
7.	Porto Esperidião	448,32	3708,01
8.	Rio Branco	525,20	1864,15
9.	São José dos Quatro Marcos	909,06	4924,26
10.	Vila Bela da Santíssima Trindade	692,42	2327,48

8.2.1. Área total polo II 63.017,36 M<sup>2</sup>.

8.3. Polo III:

POLO III			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Cláudia	465,48	7227,52
2.	Colider	3144,00	6430,79
3.	Feliz Natal	465,43	900,57
4.	Itaúba	457,41	2463,81
5.	Lucas do Rio Verde	971,41	5581,96
6.	Marcelândia	450,31	4064,03
7.	Nova Ubiratã	459,77	4253,78
8.	Sinop	4100,00	6052,00
9.	Sorriso	2260,17	4065,55
10.	Tapurah	749,94	4278,05
11.	Terra Nova do Norte	454,12	4152,46
12.	Vera	449,59	3650,41

8.3.1. Área total polo III 67.548,56 M<sup>2</sup>.

8.4. Polo IV:



POLO IV			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Alta Floresta	1924,91	3171,49
2.	Apiacás	500,00	1345,60
3.	Guarantã do Norte	1469,83	645,07
4.	Matupá	589,39	6473,48
5.	Nova Canaã do Norte	471,83	3962,85
6.	Nova Monte Verde	449,78	2640,08
7.	Paranaíta	749,94	3721,34
8.	Peixoto de Azevedo	968,61	940,23

8.4.1. Área total polo IV **30.024,43 M<sup>2</sup>**.

8.5. Polo VI:

POLO VI			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Barra do Bugres	3.533,50	5.882,38
2.	Campo Novo dos Parecis	1.334	4.681,93
3.	Sapezal	448,33	2.177,79
4.	Tangará da Serra	3.764,99	4.335,31

8.5.1. Área total polo VI **26.158,26 M<sup>2</sup>**.

8.6. Polo VII:

POLO VII			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Alto Araguaia	1510,10	3329,19
2.	Alto Garças	1742,36	5833,51
3.	Alto Taquari	448,32	1571,68
4.	Guiratinga	1163,73	4440,07
5.	Itiquira	2420,65	6279,35
6.	Pedra Preta	985,58	2486,54
7.	Rondonópolis	5931,33	2068,67

8.6.1. Área total polo VII **40.211,08 M<sup>2</sup>**.

8.7. Polo IX:

POLO IX			
ITEM	COMARCA	AREA INTERNA M <sup>2</sup>	AREA EXTERNA M <sup>2</sup>
1.	Água Boa	2850,61	17149,39
2.	Barra do Garças	2891,94	9122,24
3.	Campinápolis	572,00	7959,85
4.	Canarana	2818,12	7118,88
5.	Nova Xavantina	3002,40	9150,76
6.	Novo São Joaquim	465,46	5462,21

8.7.1. Área total polo IX **68.563,86 M<sup>2</sup>**.



8.8. Perfaz a quantidade total de 366.205,07 M²

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.131.313,40

9.1. O valor estimado para Solução existente para os serviços de controle de pragas urbanas baseado nas cotações de levantamento inicial é de R\$ 2.131.313,40 (Dois milhões cento e trinta e um mil trezentos e treze reais e quarenta centavos), conforme Pesquisa de Preço anexo a este estudo.

9.2. O valor estimado leva em consideração 6 (seis) aplicações anuais das metragens dispostas no item 8.8.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A contratação da solução que se pretende efetivar, visa atender a demanda de 6 polos judiciários além da sede deste Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o que representa a execução em cerca de 48 comarcas.

10.2. Considerando o vulto da contratação, em razão do elevado número de unidades para as quais serão contratados os serviços, faz-se viável efetivá-lo em 7 ( sete) grupos, de forma regionalizada.

10.3. A adoção dessa sistemática de parcelamento possibilitará que várias empresas tenham condições de participar do certame, haja vista que a divisão de forma regionalizada propiciará o interesse das empresas do ramo, as quais, como de praxe no mercado, prestam serviços na cidade de suas sedes bem como em cidades vizinhas ou próximas dentro do mesmo Estado, prestigiando assim uma ampla gama de interessados.

10.4. Cumpre observar que a divisão realizada desta forma, qual seja, por Gerência Executiva em 7 grupos, propiciará a eficiência na Administração Pública no que tange a gestão, fiscalização, dentre outras. Será propiciada, ainda, o ganho de economia de escala bem como a eficiência na consecução da finalidade pretendida.

10.5. Ressalta-se ainda que o ganho da economia de escala dar-se-á diante da possibilidade e viabilidade fática das futuras empresas contratadas diluírem os seus custos com a execução dos serviços em várias unidades (integrantes de cada grupo), eis que poderá ser utilizada a mesma mão-de-obra em várias delas, computando deslocamento único e programado na mesma data, além da aquisição de materiais e equipamentos em grande quantidade para a utilização, fato o qual, conseqüentemente, gera a real possibilidade de redução do custo final.

10.6. Evidente que, dividir o objeto por cada comarca (cerca de 48) acarretaria a inviabilidade dos trâmites processuais necessários, em razão do elevado número de contratos que poderiam ser gerados e seus trâmites necessários. A divisão por Gerências Executivas facilita tais ações e procedimentos.

10.7. Ademais, considerando que o objeto da aferição é o metro quadrado ( m²), efetivar a divisão conforme acima exposto ensejaria em considerável risco de deserção ou frustração de algumas Unidades, em razão do tamanho reduzido do imóvel, o que traria prejuízos ao fim almejado, qual seja, manter todas as Unidades livres de pragas e vetores urbanos. Em tal caso de insucesso em alguns itens em isolado, haveria necessidade do cancelamento do item e conseqüente republicação do Edital em relação aos mesmos, gerando retrabalho e aumento dos custos à Administração Pública.

10.8. Convém destacar também que o parcelamento do objeto em 7 (sete) grupos, realizado pelo critério geográfico ( Polos), propiciará ampla participação, não prejudicará a concorrência do certame, é benéfico à administração no que tange aos aspectos logísticos e administrativos, propiciando eficiência e eficácia na gestão frente ao número de empresas que poderão sagrar-se vencedoras do certame.



10.9. Por último é imperioso deixar justificado o porque da contratação dos serviços em conjunto com o fornecimento de materiais e equipamentos. De início, a contratação gerará a otimização para a Administração, eis que seria dificultoso realizar certames específicos para a aquisição dos insumos e equipamentos, os quais demandariam, também, contratação de manutenção destes. Ademais, a ausência de conhecimento técnico dos servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso em selecionar os produtos e equipamentos em junção à técnica para a realização dos serviços traria prejuízos irretocáveis à finalidade almejada

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes neste Estudo Técnico Preliminar.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1. A presente aquisição encontra-se disponível no Plano Anual de Contratação de 2025/2026.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

13.1. Extirpar a manifestação e a proliferação de insetos, roedores, aracnídeos sem dúvida alguma trará enormes vantagens aos polos judiciários do Estado de Mato Grosso, pois tal serviço eliminará o risco aos danos patrimoniais. Na mesma esteira de raciocínio, os servidores, prestadores de serviços e todos os que utilizam as dependências do poder judiciário estarão expostos à contaminação provocada por tais vetores.

13.2. Consequentemente, um ambiente descontaminado e em um bom estado de salubridade trará satisfação aos servidores e frequentadores que se sentirão mais seguros, portanto, maior produtividade e aproveitamento.

13.3. Junte-se ao fato mencionado um outro resultado que esta Administração Pública também pretende alcançar: resguardar o patrimônio público de possíveis danos.

## **14. Providências a serem Adotadas**

14.1. A aquisição dos serviços comuns deste estudo não necessita de providências a serem adotadas.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

15.1. A dedetização em qualquer ambiente, pode ter alguns impactos ambientais. É crucial adotar medidas mitigadoras para minimizar esses impactos e garantir que a aplicação de pesticidas seja feita de maneira responsável. Aqui estão alguns possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras:

15.1.1. Risco para a Fauna Não-Alvo:

15.1.1.1. Impacto: Pode haver risco para animais não alvo, como pássaros, insetos benéficos, pequenos mamíferos, etc.

15.1.1.2. Medida Mitigadora: Utilizar produtos específicos de baixa toxicidade para não-alvo e aplicar métodos de aplicação direcionada para reduzir a exposição de outras espécies.

15.1.2. Contaminação do Solo e da Água:





15.1.2.1. Impacto: Os pesticidas podem contaminar o solo e a água, impactando ecossistemas terrestres e aquáticos.

15.1.2.2. Medida Mitigadora: Escolher produtos de baixa persistência no solo e na água, e aplicar técnicas que minimizem a escorrência, como a aplicação em condições climáticas adequadas e evitando áreas próximas a corpos d'água.

#### 15.1.3. Resistência a Pesticidas:

15.1.3.1. Impacto: O uso excessivo de pesticidas pode levar ao desenvolvimento de resistência por parte das pragas-alvo.

15.1.3.2. Medida Mitigadora: Implementar rotação de pesticidas e utilizar diferentes métodos de controle de pragas para reduzir a pressão seletiva e minimizar a resistência.

#### 15.1.4. Exposição Humana:

15.1.4.1. Impacto: Risco de exposição de alunos, professores e funcionários a produtos químicos tóxicos.

15.1.4.2. Medida Mitigadora: Programar a aplicação durante períodos em que a escola está vazia, utilizar formulações de baixa toxicidade, e garantir a adequada ventilação durante e após a aplicação.

#### 15.1.5. Impacto na Biodiversidade:

15.1.5.1. Impacto: A aplicação de pesticidas pode afetar a biodiversidade local.

15.1.5.2. Medida Mitigadora: Realizar avaliações de impacto ambiental antes da dedetização, optar por métodos não químicos sempre que possível e promover a recuperação da biodiversidade após a aplicação.

#### 15.1.6. Gerenciamento de Resíduos:

15.1.6.1. Impacto: Descarte inadequado de embalagens de pesticidas.

15.1.6.2. Medida Mitigadora: Implementar práticas de descarte seguro de embalagens e resíduos de pesticidas, seguindo as regulamentações locais.

#### 15.1.7. Educação Ambiental:

15.1.7.1. Medida Mitigadora: Promover programas de conscientização e educação ambiental para servidores, e demais funcionários, destacando a importância da dedetização responsável e práticas sustentáveis.

15.2. A escolha de métodos de controle de pragas menos tóxicos, a implementação de boas práticas agrícolas e a conformidade com regulamentações ambientais são essenciais para mitigar os impactos ambientais da dedetização nas unidades do Poder Judiciário.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos elementos apresentados, conclui-se que a contratação da solução proposta no ETP é plenamente **viável**, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, sendo essencial para o atendimento adequado das necessidades institucionais e para a continuidade e melhoria dos serviços prestados.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Diante dos estudos apresentados no ETP, declaro viável a contratação da solução apresentada.

**LUCAS CLAUDINO RODRIGUES DA SILVA**

Chefe da Divisão de Processamento de Contratações



*Assinou eletronicamente em 11/12/2025 às 12:49:32.*

Despacho: Diante dos estudos apresentados no ETP, declaro viável a contratação da solução apresentada.

**ROBERTO CYRIACO DA SILVA**

Coordenador da Coordenadoria de Infraestrutura





# Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi assinado eletronicamente, na plataforma de assinaturas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

Para assegurar a autenticidade e validar as assinaturas, utilize o endereço abaixo.

<https://validador.tjmt.jus.br/codigo/AD:02520000-0AA4-0A58-44D4-08DE5DCCCD3C>

**Código verificador - AD:02520000-0AA4-0A58-44D4-08DE5DCCCD3C**



Documento assinado por meio eletrônico, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001.